## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA/TO

Às 14 horas e trinta minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e dez, no Auditório da Secretaria do Planejamento – SEPLAN foi realizada a 5ª Reunião Extraordinária do COEMA. A abertura foi realizada pelo o Presidente do Conselho Clemente Barros Neto, que pede desculpas pelo atraso e após verificação do quórum convida para compor a mesa o Presidente do IBAMA, Sr. Joaquim Montelo, em seguida faz a leitura da pauta: (1) abertura; (2) ordem do dia: (*i*) apresentação do Plano de Aplicação do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FUEMA; (*ii*) apresentação do relatório técnico da Câmara Técnica de Unidades de Conservação; (3) palavra livre; (4) Encerramento. O Presidente passa a palavra para o Secretário Executivo Belizário que solicita ao Ezio, Diretor de Planejamento do Naturatins para fazer a apresentação do Plano de Aplicação do FUEMA. Ezio (Naturatins) dá boa tarde a todos e inicia dizendo que o fundo foi instituído pela Lei 261, de 20/02/91, denominado pela Lei 858, de 26/07/96, vinculado ao Instituto Natureza do Tocantins, que tem por finalidade promover os recursos destinados a financiar projetos, planos, programas, projetos de conservação, recuperação do meio ambiente e visando a execução da política ambiental do estado. Objetivo do fundo: apoiar a pesquisa e o desenvolvimento sustentável florestal, tecnológico e institucional, criação de sistema de metodologia de projeto e inventário que contribua para a redução do desmatamento, desenvolvimento de produtos e serviços que contribua para a dinâmica de conservação ambiental, apoio as cadeias produtivas sustentáveis, execução de obras e serviços visando a preservação e conservação do meio ambiente, capacitação técnica e atender emergências não previstas no orçamento. Ezio projeta o Plano de Aplicação e informa que foi detalhado o orçamento do fundo na fonte 40, no valor de quatro milhões, quatrocentos e vinte mil reais. E trabalhado dentro da UG FUEMA dezesseis ações, dessas dezesseis ações, quatorze está sendo executada na fonte 240. Segue o detalhamento das ações: 1. Contribuição para Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, cem mil reais; 2. Implantação de Projetos de conservação e Manejo de Fauna e Flora, duzentos mil reais; 3. Prevenção de combate a Incêndios Florestais, duzentos mil reais; 4. Gestão de Áreas Protegidas, duzentos e cinquenta mil reais; 5. Recuperação de Áreas Degradas, cem mil reais; 6. Implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, duzentos e vinte mil reais; 7. Licenciamento Ambiental, seiscentos mil reais; 8. Fiscalização Ambiental, seiscentos mil reais; 9. Monitoramento Ambiental, seiscentos mil reais; 10. Implementação da Educação Ambiental Não formal, duzentos e cinqüenta mil reais; 11. Municipalização da Gestão Ambiental, cem mil reais; 12. Implementação e Gestão de Unidades Regionais, novecentos mil reais; 13. Geração de Índices de ICMS Ecológicos para Municípios, duzentos mil reais; 14. Gestão de Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIA, cem mil reais. Perfazendo um total de quatro milhões e quatrocentos e vinte mil reais. E informa que dentro da ação da UG FUEMA não é somente este valor que executa, mas um orçamento total de sete milhões, setecentos e sessenta e um mil e setecentos e sessenta reais, provenientes de outras fontes de recursos. Avisa que colocou as quatorze ações porque a UG Fuema trabalha exclusivamente com a fonte 240; como não poderia deixar Naturatins com quatro ou cinco ações e jogar tudo para o fundo, procurou manter o equilíbrio, por isso a maioria dessas ações foram migradas para o fundo, na tentativa de fazer com que todas essas ações sejam executadas em plenitude, o que nesses últimos anos não foi conseguido, porque a captação de recursos no órgão ainda não são suficientes, quando cito recursos estou falando de recursos do Governo Federal. Então para executar essas ações tivemos que dividir nas duas UGs: Naturatins e Fuema. Naturatins com a fonte 00 e Fuema com a fonte 240. E finaliza dizendo que está aberto para as colocações. O representante do Crea Sr. Rosiran diz que tem algumas perguntas: primeiro o que significa essa Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público? Segundo porque não conseguimos melhorar essa ação de prevenção de combate ao incêndio, já que este foi um dos grandes problemas que tivemos este ano. Terceiro na ação de recuperação de áreas degradadas, o que é exatamente essa ação? E finalizando o que deu para perceber é que o Fundo está sendo utilizado para atender as necessidades do Naturatins e como fica se uma ONG quiser concorrer com projetos em alguma dessas ações, qual a chance de ser contemplada? Ézio(Naturatins) informa que respondendo a primeira pergunta diz que todo órgão que tem arrecadação própria é obrigada a recolher 1% de sua arrecadação. E com relação a segunda pergunta, os recursos que estão ali são aplicados

dentro das ações do Naturatins, como você colocou, isso porque a maior parte da fonte do Naturatins está na 240, pois o orçamento na fonte 00 chega a um milhão e seiscentos mil reais, e a despesa fixa do órgão, de custeio, fica em torno de quatro milhões. Quanto á questão dessa ação de combate às queimadas, o órgão tentou dentro das suas condições financeiras repassar e apoiar o possível e se o Estado não começar a trabalhar preventivamente nós teremos o mesmo problema no próximo ano. E diz ainda que esta questão não é somente do Naturatins, envolve vários setores. Quanto à questão de recuperação de áreas degradadas, todas as ações de manutenção dos parques saem dessa ação. O Secretário Executivo Belizário questiona Ézio no concernente ao que diz a Lei 2.095/09, no art. 3º, Parágrafo único, que prevê 40% dos recursos do fundo para financiamento de projetos. Como você cumpre isso nesse plano, porque não ficou claro. Ézio diz que colocou o total e esses 40% vai ser apreciado pelo Conselho de acordo com a demanda, e informa que dentro do Naturatins tem projetos em execução como Pato Mergulhão, Projeto Quelônios, Lobo Guará que também será apreciado pelo Coema e este é que vai definir. A Conselheira Beatriz (ONG) sugere correção no item 3 quando diz Prevenção **de** combate a Incêndios Florestais mudar para Prevenção **e** combate a Incêndios Florestais. E diz que gostaria de saber sobre o item 4. Gestão de Áreas Protegidas, pergunta quais os critérios utilizados para chegar nesse valor para atender as quatro Unidades de proteção integral e diz que faz essa pergunta já afirmando que para a gestão dessas UPI, você precisa começar com pelo menos 100 mil reais por ano para cada UC, portanto, considero que esse valor é insuficiente. Ezio (Naturatins) responde que esse valor é insuficiente, e que quando se elabora o orçamento o valor é bem maior, mas o governo corta, ou seja, nem sempre é disponibilizado de acordo com a necessidade do órgão. E eu concordo que poderia aumentar para quatrocentos mil. Se realmente efetivar essa receita, porque isto que estou apresentando é orçamento, pode ser que chegue a seis milhões ou dois milhões e oitocentos que é a média recebida nos últimos anos. Quanto a questão de o valor ser irrisório, não tem problema se efetivar a receita podemos remanejar esses valores. E diz que o que tem que preocupar mesmo é com a efetivação da receita. O Presidente Clemente Barros questiona se ele está trabalhando em cima da disponibilidade oferecida pelo governo. Ézio responde que sim e diz que o primeiro estudo que fizeram foi a previsão do governo, com levantamento no órgão para ver se realmente a necessidade era essa. O Presidente pergunta se historicamente essa arrecadação tem melhorado ou não? Ezio informa que tem melhorado a cada ano, especialmente nos últimos três anos, devido às medidas compensatórias. Belizário diz que ainda tem dúvidas e pergunta se esse valor apresentado é o valor com o qual devemos trabalhar? Ezio responde que sim. Belizário diz então que se esse valor vai ser efetivado ou não é outra situação e a questão aqui é quanto à legislação que diz que 40% dos recursos são destinados ao financiamento de projetos, portanto, sugere que seja retirado esses 40% e redistribuído o restante para as ações propostas. Ezio informa que dentro de cada ação está previsto esses 40% e que então será apresentado para o Coema, mas que claro poderia ser detalhado a parte como foi sugerido. O Conselheiro Corombert (SEAGRO) diz que o problema aqui é que está querendo aprovar a gestão dos recursos somente para um órgão. E que tinha sido proposto anteriormente que todos os órgãos envolvidos com a questão ambiental deveriam apresentar uma proposta. Primeiro isso carrega certos vícios que não é somente desse fundo, mas de 70% desses recursos estão sendo trabalhados na missão do órgão e a gestão do órgão é missão do Estado e diz que Ezio está fazendo uma defesa de advogado do diabo e acha que esse orçamento deveria ser dado um prazo para que outras instituições apresentassem suas demandas e diz ainda que em momento algum foi dado oportunidade para que estes trouxessem suas necessidades e entende que esse é o grande problema e não a não aplicação dos 40% para projetos, como disse anteriormente estes fundos estão sendo utilizados para custeio das entidades e não para preservação do meio ambiente. Ezio responde dizendo que trabalha com o orçamento dessa maneira, mas que no início de sua apresentação colocou que os 40% estavam inseridos em cada ação, mas que não sabe o que outros órgãos irão apresentar, ali é o orçamento total disponível, mas que a medida que as reuniões forem ocorrendo cada órgão irá apresentar suas demandas. E pergunta para Corombert se este tem demanda? Corombert responde que sim e que nunca foi proposto e se aprovar esse plano, como será essa a aplicação, ou seja, não poderá entrar com financiamento de projetos e que ninguém vai mendigar dinheiro para o Naturatins. Ezio diz que cada órgão deve apresentar seus projetos e o Coema é que vai julgar qual o projeto que deve ser aprovado. O Conselheiro Joaquim (IBAMA) pergunta para Ezio se cada despesa tem uma receita correspondente? Ezio

diz que sim. Joaquim (IBAMA) continua dizendo que de acordo com o art. 2º, inciso II, da Lei 2.095/09, diz que *produto das sanções administrativas e judiciais por infrações às normas ambientais, com exceção das relacionadas aos recursos hídricos*, e pergunta o porquê da ação 6. Implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos? Ézio informa que o Naturatins trabalha com as três agendas: Azul, verde e marrom, então todas as receitas arrecadas dentro do licenciamento, fiscalização e monitoramento, são para financiar todas essas ações. O Conselheiro Joaquim (IBAMA) insiste que de acordo com a lei existem receitas específicas para os recursos hídricos. Ezio informa que a fonte que trabalhamos é a 240, mas dentro dessa UG, trabalhamos com outras fontes que são recursos da iniciativa privada, do governo federal que também irão ser alocados dentro dessas ações. O Conselheiro Joaquim (IBAMA) diz que aonde ele realmente quer chegar é no art. 3º, onde a lei diz que o Fundo é para recuperar o meio ambiente e as despesas apresentadas são para a gestão do Naturatins. Ezio informa que dos quatro milhões quatrocentos e vinte mil reais, se tirar os quarenta por cento, que é para aplicação no fundo o resto é despesa do órgão. O Conselheiro Joaquim (IBAMA) então pergunta quer dizer que quarenta por cento é para financiamento de projetos e sessenta por cento é para gestão do órgão? Ezio responde que é exatamente isso. O Conselheiro Cel Virajone (CIPAMA) diz que gostaria de tirar uma dúvida e pergunta para quem e quando se deve encaminhar os projetos? Ezio diz que deve ser encaminhado ao Coema. O Conselheiro Cel Virajone (CIPAMA) pergunta ainda se esse plano apresentado será colocado em votação ou é somente uma explanação? E se for para aprovação minha sugestão é que os quarenta por cento já estivessem separado. O Presidente diz que gostaria de voltar e pergunta o critério estabelecido para se chegar a esses valores tendo em vista a problemática de cada atividade dessas? Ezio diz que foi colocado o valor total e que dentro disso, de acordo com a demanda, será definido qual a prioridade. O presidente pergunta se esses projetos serão analisados pelo Coema ou Naturatins? Ezio diz que tem que formar Comissão, com representante de cada órgão. O Conselheiro Bruno (MPE) diz que foi detectado um problema, pois a lei diz que quarenta por cento é para financiar projetos, mas não diz como e acredita que o Conselho vai ter que elaborar um instrumento, não sabe qual, para orientar como cada órgão deve concorrer aos projetos. Outra coisa que suscita dúvida é sobre o Pato Mergulhão, nada contra o pato, mas é que esse é um dos projetos citados pelo Naturatins, e como fica? Vamos aprovar esses que já são prioridades? Outra questão é o que a Conselheira Beatriz falou sobre a gestão das áreas protegidas e informa que a TNC fez um diagnóstico do que as Unidades de conservação estão precisando e pergunta se esse estudo foi levado em consideração? Se não foi, sugiro que leve em consideração esse documento técnico que prevê inclusive quais as prioridades de gastos para cada UC. Ezio diz que tem que olhar com a Diretoria de Biodiversidade, e diz que quanto mais instrumento tiver melhor porque diminui o erro, e a nossa finalidade é acertar. Corombert (SEAGRO) diz que temos que atender a questão da lei, e tem dúvidas quanto à gestão do fundo, já que no art. 7º diz que incumbe ao Naturatins a elaboração do plano, mas no art. 8º diz que o Coema é que delibera sobre a utilização. Informa ainda que a lei diz que 40% são destinados para financiamento de projetos e os 60% não diz que é para custeio do Naturatins e sim para conservar e recuperar o meio ambiente, então as ações não são as de monitoramento, fiscalização, conservar escritórios, esse é o entendimento que tenho. Ezio informa que os recursos de 40% vem do licenciamento, da fiscalização e do monitoramento. Coromber (SEAGRO) responde dizendo que o Naturatins é somente um arrecadador de uma atividade, que tem uma rubrica orçamentária para deliberar e recursos do fundo são exatamente para garantir ações para conservação do meio ambiente. Ezio diz que o Naturatins sobrevive exatamente dessas ações e convênios e tem uma despesa fixa de 400 mil reais por mês e se retirar todos os recursos do fundo o Naturatins não tem como manter seu custeio. Cel Virajone (CIPAMA) sugere que os 40% deve ser retirado e que o Naturatins só vai trabalhar no planejamento dos 60%. Agora se não surgirem projetos, então o Naturatins faz o remanejamento e acrescenta que pode ser contemplado na questão da fauna o Centro de Recuperação e Tratamento de Animais, porque tem uma grande demanda. Ezio concorda e faz uma proposta e diz que quando elaborou esse plano pensou dessa maneira, mas que pode fazer um detalhamento separando os 40% e os Conselheiros apresentem seus projetos e o Coema delibera o que é prioritário. A Conselheira Beatriz (ONG) diz que percebe um grande equívoco na forma como o fundo está sendo tratado. O que fica claro na lei é que o fundo são para programas, projetos dentro do que cabe ao Naturatins e que parte desse recurso fica aberto por meio de edital para propostas externas. E diz se o fundo hoje está sendo utilizado

para garantir as tarefas do Naturatins é ai que começa o equívoco porque o Estado tem que prover o Naturatins de recursos para o seu funcionamento. Projetos para recuperação de áreas degradadas, proteção à fauna, esses sim seriam contemplados pelo fundo e quanto aos 40% não é para instituição aparecer para o Coema com uma proposta debaixo do braço. Temos exemplo de fundos que já funciona há anos, como o FNMA onde são abertos editais, ou seja, é uma coisa organizada, aberta com objetivos. Então o que eu entendo que cabe a esse Conselho aprovar é os 60% que o Naturatins vai aplicar não para gestão, como a manutenção dos centros regionais. Ezio questiona que como as instituições irão apresentar projetos se não tem as ações previstas? O Presidente diz que ainda há dúvidas é quanto aos 40%. Se existe na lei que esse recurso é para projetos deve ser destacado no plano para esse objetivo. Ezio diz que irá refazer os 40% detalhado e cada instituição apresenta seu projeto e o Coema delibera. O Conselheiro Joaquim (IBAMA) sugere refazer esse plano separando os 40% e o edital é que irá determinar em que ação irá aplicar. Ezio concorda com a sugestão. E declara que este foi o primeiro ano do Fundo, e que está aprendendo e que gostaria de acertar. O Presidente diz que a sugestão do Ibama é válida e a ênfase que estamos dando é para mostrar a importância do fundo e a vontade que ele funcione como fomento de projetos e não para ações administrativas do Naturatins. Belizário diz que a verdade é que quando foi feita a peça orçamentária não foi considerada a lei do fundo. Ezio diz que o entendimento que teve foi que do valor total 60% seriam destinados para as despesas de custeio da instituição e os projetos apresentados contemplariam os 40%, e diz que poderia sim ter separado e que não vê problema nisso, porque estão contemplados dentro de todas as ações apresentadas. Belizário diz que dentro dos 14 itens apresentados não percebe como estaria contemplado os financiamentos de projetos. Ezio pergunta então o que fazer? Belizário diz que nesse momento gostaria que Ezio reconhecesse que na peça orçamentária não foi contemplado o que pede a lei do fundo para que se possa dar um encaminhamento. Ezio concorda e diz que vai melhorar para que se entre em consenso. Belizário diz que o que pode ser feito de acordo com a peça orçamentária é distribuir os 40% dentro das 14 ações, porque se não está na peça orçamentária não pode gastar. Ezio diz que esse questionamento deveria ter sido feito antes da peça orçamentária. Corombert (SEAGRO) pede desculpa e diz então que não está entendendo a lei, porque no seu entendimento 40% são para financiamento de projetos de outros órgãos e 60% para o Naturatins, inclusive dando liberdade para convênios, conforme art. 7º, ou seja, os 100% não é subsidiar a missão do órgão, o fundo como diz a lei é para aplicação em planos, projetos e programas de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, em nenhum momento a lei diz que é para fazer monitoramento ou atividade fim do órgão, e finaliza dizendo que ou muda a lei ou não está entendo o que está sendo proposto. Ezio responde dizendo que à medida que for trabalhando os questionamentos surgirão e, por conseguinte aperfeiçoamentos também. E diz ainda que desde a criação do órgão é trabalhado dessa maneira, mas que agora com a criação do fundo temos que rever como fazer isso, mas que no momento não tem condição de retirar os 60% do orçamento, porque é com esse dinheiro que o órgão funciona. O Presidente diz que no seu entendimento a criação da lei foi exatamente para mitigar os vícios do passado e é nesse aspecto que temos que discutir, já deveria ter vindo na peça orçamentária a gestão do órgão independente do fundo. Ezio responde que quando foram elaborar o PPA a lei do fundo foi apresentada para a Secretaria do Planejamento porque o Naturatins não tinha experiência para lidar com o fundo, levamos todas as ações do órgão, não estou aqui querendo transferir a responsabilidade, estou apenas dividindo porque acredito que é o justo. E ressalta que o Naturatins está aqui para dividir seus erros e corrigi-los. O Presidente pergunta se tem mais alguma sugestão? O Conselheiro Evalcy (Comunidade Indígena) diz que pelo seu entendimento o plano está muito obscuro, porque a lei foi praticamente ignorada. E como sugestão seria readequar os valores e talvez criar um GT para discutir e ressalta que não tem condições de aprovar. Ézio insiste que vai separar os 40% e que isto é o que tem condições de propor. O Presidente ressalta que se surgir um projeto no valor de cento e vinte mil reais em ações de áreas degradadas, pelo orçamento apresentado, não tem recurso suficiente, e se os 40% estivesse separado isso seria viável. Ezio diz que é preciso formar um Grupo de Trabalho para verificar qual a maneira melhor para aplicar os recursos, e que não vê problema nenhum. O conselheiro Jair (Comunidade Científica) diz que de acordo com o art. 8º, cabe ao Conselho aprovar o plano de aplicação, e que pelo apresentado o órgão está querendo que endossemos o que sempre foi feito, ou seja, gastar esses recursos com o custeio do órgão e o que diz a lei é que 40% é para ser feito

investimentos de fora e os 60% que o Naturatins faria parte da gestão e nós como Conselheiros temos que por um ponto final nisso. Ezio continua dizendo que o órgão não pode gastar os 40%, mas que os 60% sim, porque se não o Naturatins pode fechar as portas se o governo não tomar providências. O Presidente reforça que o espírito da lei é que a contribuição da sociedade não seja gasta totalmente em custeio, e os investimentos são exatamente os projetos que serão financiados e completa dizendo que após ouvir a manifestação da maioria será necessária a modificação na peça orçamentária para dar maior clareza e atenda a lei do fundo. Ézio diz que na peça orçamentária já vem definido o valor para custeio e investimento, de acordo com as previsões do órgão e que isso pode ser modificado. Dalvany (SRHMA) sugere que crie uma equipe no Naturatins e cita Cláudia Rezende que entende bastante do assunto e que temos o FNMA que já está bem estruturado para servir como base, pois a lei é bem clara quanto à aplicação dos recursos do fundo. E nessa equipe deverá ter pessoas responsáveis para elaboração dos editais, de acordo com a demanda do Estado, e nesses editais ficarão definidas as porcentagens para custeio e investimento. Ezio enfatiza que esse grupo será formado para elaborar os editais. Dalvany diz ainda que não serão os órgãos que irão apresentar os projetos aqui no Conselho e sim um edital que vai definir as linhas de financiamento e cada edital lançado deverá ser aprovado pelo Coema e aconselha a Ezio refazer o plano de aplicação para ser apreciado na próxima reunião. A Conselheira Beatriz (ONG) diz que gostaria de acrescentar a fala da Dalvany que além de refazer a proposta, talvez seja o momento de realmente adequar à finalidade desse fundo, então se esses recursos vem sendo utilizado para garantir a gestão do Naturatins que isso seja discutido dentro do Naturatins e com o governo do estado porque não faz sentido, pois vamos continuar descumprindo a legislação e esse fundo vai continuar sendo utilizado para implementar agências e procedimentos de rotina que o governo deve bancar e se isso é um problema deve ser levado para uma instância maior para ser discutido, para que o fundo realmente contemple essas linhas elencadas na lei que são os programas de recuperação, monitoramento voltados para a fauna e flora que são uma tarefa importantíssima para o Naturatins, pois o fundo viria a desafogar e permitir que esses projetos realmente sejam executados e que não fique o sufoco que sabemos existir nas Unidades de Conservação, porque o dinheiro nunca dá, está sempre voltado para as questões administrativas que o governo tem que bancar de uma fonte própria, então acho que essa discussão deve ser discutida antes de voltar para o Conselho votar e se o conselho aprovar o plano como está, todos nós estaremos cometendo o mesmo equívoco. Ezio diz que não sabe qual o cronograma de reuniões do conselho e solicita um prazo maior para apresentar nova proposta. O Conselheiro Rosiran (CREA) pergunta se tem prazo para apresentar nova proposta? E sugere criar uma Câmara Técnica para discutir a forma de utilização dos recursos conforme art. 8º e até o final de janeiro convocar uma reunião extraordinária. Ezio diz que em janeiro está muito cedo, porque é um período de transição e diz que o melhor seria em fevereiro. O presidente informa que de acordo com calendário aprovado para 2011 a próxima reunião será dia 23 de fevereiro. E diz ainda que o conselho é permanente, o que precisa é dar importância aos assuntos aqui debatidos, se existe uma lei que define o fundo, devemos segui-la, porque foi criada para acabar com os vícios, no sentido de dar oportunidade a contribuição da sociedade, enfatiza que o conselho está despertando é a clareza da aplicação que a lei exige e, portanto, devemos retomar essa discussão. O presidente coloca em votação para que o Naturatins apresente uma nova proposta na reunião de fevereiro. Ezio agradece a todos. O presidente dá prosseguimento à pauta e informa que na reunião passada foi apresentado o parecer da Câmara Técnica de Unidades de Conservação, mas foi solicitado mais detalhes da apresentação e para tanto o Presidente passa a palavra para o Coordenador da CT Ruberval (SRHMA) que informa que quem fará a apresentação é a Sra. Beatriz. A Conselheira Beatriz inicia a apresentação e informa que a discussão foi para definir as áreas prioritárias para criação de no mínimo 250.000 ha de Unidades de Conservação de Proteção Integral, no contexto do Projeto GEF - Cerrado Sustentável do Tocantins, informa ainda os componentes da Câmara Técnica que são Ruberval Barbosa de Alencar – SRHMA - Coordenador, Antonio Carlos Pereira Santiago – NATURATINS, Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves – ONG's, Lílian de Carvalho Lindoso – ICMBio, André Ferreira dos Santos – Comunidade Científica, Corombert Leão de Oliveira – SEAGRO, Ana Flávia Ferreira Cavalcante - PGE e os convidados Rodrigo Sabino Teixeira Borges – SEPLAN, Alan Moraes de Paula – ADTUR, os documentos norteadores das discussões foram: Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC Lei nº 9.985/00; Sistema Estadual de Unidades de

Conservação – SEUC, Lei nº 1.560/05; Estudo de Áreas Prioritárias para Conservação – 2004; Programa Estadual de Biodiversidade – 2009; Programa Estadual de Áreas Protegidas – 2009; áreas propostas para Criação de Unidades de Proteção Ambiental da Região Norte – DZEE/SEPLAN; estudo de Flora e Fauna do Norte do Estado do Tocantins -realizado em 2003. Informa os critérios de escolha das áreas onde cada instituição apresentou uma ou mais área que julgou importante para criação de Unidades de Conservação com base nos critérios adotados pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO (MMA, 2002). 1º Critério - Importância Ecológica representada pela riqueza e singularidade de ecossistemas, existência de processos ecológicos (como sítios de alimentação ou reprodução de espécies migratórias) de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. 2º Critério – Grau de Ameaça baseada na projeção dos níveis futuros de impacto antrópico na área-alvo ou regiões adjacentes, e os conseqüentes riscos para a manutenção da biodiversidade local e do equilíbrio dos ecossistemas presentes. 3º Critério – Oportunidades a infra-estrutura disponível, a existência de informações sobre a importância ecológica de determinada área, a existência de projetos conservacionistas que podem incluir determinada área, as possibilidades reais para desenvolvimento comunitário e programas de educação ambiental, entre outros tópicos, deverão ser avaliados com a perspectiva de análise de sustentabilidade dos projetos propostos. 4º Critério – Extensão é imprescindível que se estabeleça uma extensão geográfica representativa que suporte a dinâmica dos ecossistemas locais. Foram definidas como áreas prioritárias: **Interflúvio – Tocantins/Paranã, Serra da Cangalha, Região Norte, Rio Palmeiras.** Em seguida foi apresentado as características de cada área. Interflúvio – Tocantins/Paranã, ***importância ecológica:*** presença de espécies que já foram consideradas como restritas à Caatinga, como o sofrê *Icterus jamacaii* e o traupíneo *Compsothraupis loricata*. A presença desses elementos torna os cerrados da região bastante particulares em relação a outras áreas do Tocantins onde estas espécies estão ausentes. O sistema do rio Paranã: um dos principais habitats para aves aquáticas no norte de Goiás e sul do Tocantins. Área com potencial de proteger a quase totalidade das espécies de aves endêmicas do Cerrado, além de importantes áreas para aves aquáticas, desde que inclua todo o gradiente que vai da Serra Traíras ou das Palmas às margens dos rios Tocantins e Paranã. Dessa forma, se tornaria uma das mais importantes UCs no bioma e, especificamente, no Corredor Ecológico Pirineus-Paranã. Presença de exemplares da fauna que ressaltam o caráter amazônico do rio Paranã: jacaretinga *Caiman crocodilus* e tracajás *Podocnemis unifilis* em bom número naquele rio e em suas lagoas. Outras espécies de interesse, assinaladas com base em entrevistas são: onça-pintada *Panthera onca*, tatu-canastra *Priodontes maximus*, lobo-guará *Chrysocyon brachyurus*, veado-campeiro *Ozotocerus bezoar*ticus , ema *Rhea americana*, antas *Tapirus terrestris*, capivaras *Hydrochaerus hydrochaeris* (ambas nas margens do rio Paranã), macacos-pregos *Cebus libidinosus*, bugios *Alouatta caraya.* Espécies Ameaçadas: *(BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2004 e* incluída na Instrução Normativa MMA 03 de 27 de maio de 2003). *Penelope ochrogaster* - globalmente vulnerável *(Jacu de barriga vermelha), Anodorhynchus hyacinthinus, (Arara Azul Grande), Salvatoria xanthops – Espécie (e gênero) endêmico do Cerrado, globalmente ameaçado (Papagaio galego), Charitospiza eucosma – Endemismo do Cerrado. Encontrado com frequência nos cerrados localizados a altitudes mais baixas. Considerado globalmente ameaçado (Mineirinho), Porphyrospiza caerulescens, (Campainha azul),* Espécies endêmicas do Cerrado: *Lonchophylla dekeyseri (Morceguinho do cerrado), Carterodon sulcidens (Rato de espinho), Juscelinomys candango (Ratinho) e Kunsia fronto (Ratinho).* Grau de ameaça: É possível que a área do Interflúvio Tocantins-Paranã, num futuro próximo, esteja na mesma situação de elevado grau de ameaça, assim como as matas secas, devido à expansão da pecuária e a facilidade de acesso pela abertura e pavimentação de rodovias. Deve ser ressaltado que, nela foram encontradas as paisagens com cerrados e mata-de-galeria em melhor estado de conservação, além de habitats únicos no estado (cerrados rupestres) (SEPLAN, 2004). Oportunidades: Embora os atrativos turísticos sejam incipientes, possuem grande potencial. Neste quesito, passa a ter destaque, pois o rio Paranã é de grande beleza cênica e potencial para turismo de aventura (rafting) e pesca esportiva. Safáris fotográficos por barco e *bird-watching* são também boas opções dada à rica fauna observada ao longo do rio. A Serra de Caldas, com sua fonte termal, as áreas mais elevadas próximas a Cavalcante (onde já há turismo estruturado) e o conjunto de estradas permite pensar em produtos turísticos variados que podem ser perfeitamente desenvolvidos considerando o mercado centrado em Brasília. Extensão: Área indicada: 383.849,32 ha

inserida no Município de Paraná. Vale do Rio Palmeiras: Importância ecológica: Ocorrência de matas secas que representam uma eco-região própria, caracterizada por uma vegetação florestal quase totalmente decídua que pode atingir grande porte (árvores com mais de 25m) em solos mais profundos, e que apresenta afinidades florísticas com a Caatinga. Ocorrem buritizais ao longo do rio Palmeiras, em trechos de floresta semidecídua, nos quais há muitos babaçus e figueiras. As manchas de cerradão ou floresta semidecídua no fundo do vale do Palmeiras mostram algumas espécies particulares, como o grande arapaçu *Xiphorhynchus guttatus* e os tiranídeos *Corythopis delalandi* e *Myiopagis caniceps*. Com maior desenvolvimento nas proximidades do rio, estas matas formam um corredor que permite a penetração de espécies amazônicas como a maitaca *Pionus menstruus* e o gavião *Leucopternis albicollis*, bastante raro no Estado. Grau de ameaça: A maior fertilidade de seus solos em relação aos cerrados e a dominância de espécies arbóreas utilizadas para o madeiramento e construção de cercas (especialmente a aroeira *Myracroudon urundeuva*) tem resultado na dramática redução das matas secas, que hoje é um dos ecossistemas mais ameaçados no Brasil. Análises de Imagens de satélite confirmam que as matas secas foram reduzidas de 15,8% da área analisada em 1990 para apenas 5,4% em 1999. Esta rápida perda de uma ecorregião inteira é agravada pela completa carência de unidades de conservação de proteção integral que a protejam. A área encontra-se ameaçada pelas extensas derrubadas realizadas para a produção de carvão. Esta atividade parece ter migrado para a região vinda de Goiás e, segundo informantes, os baixos preços das propriedades têm favorecido a aquisição destas apenas para a citada atividade. Oportunidades: De um ponto de vista ecossistêmico, esta área é peça-chave no estabelecimento de um corredor ecológico que inclua não apenas as UCs em território goiano e no DF, mas também o sul do TO, formando um mosaico que articule áreas de cerrado inserindo o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e de matas secas com o Parque Estadual de Terra Ronca. Extensão: Área indicada: 159.960,64 ha inserida no município de Dianópolis e Ponte Alta do Bom Jesus. Beatriz diz que gostaria de lembrar que o estudo foi realizado em 2004 e desse período até hoje o rio foi contemplado com seis PCHs, então é urgente se pensar em conservar para garantir as bordas dos rios, porque já está nos projetos de desenvolvimento e que tem mais duas previstas para instalar. Considerações finais: A região Sudoeste/Sudeste apresenta a peculiaridade de representar uma zona de contato entre ecossistemas de influência amazônica, o cerrado, e a mata seca. Nas duas áreas (Interflúvio Tocantins–Paranã e Vale do Rio Palmeiras), tanto do ponto de vista paisagístico quanto do ponto de vista da composição florística, pode-se justificar a implantação de Unidades de Conservação. Isto poderá garantir a manutenção de remanescentes que engloba diferentes fitofisionomias com a presença de diversas espécies de grande valor econômico e ecológico. Importante ressaltar que a criação de Unidade de Conservação que contemple apenas uma das áreas poderá colocar em risco de desaparecimento as espécies peculiares da outra área. Serra da Cangalha: *importância ecológica:* Presença de espécies endêmicas do Cerrado. Ocorrência de espécies ameaçadas. Biota ainda pouco conhecida, *mas que já inclui um gênero novo de formigas e a espetacular formação geológica do astroblema, que ainda constitui um ambiente particular. Obs:* Astroblema é o nome técnico de uma cratera antiga e já parcialmente desgastada pela erosão, produzida pelo impacto de corpo celeste de grande dimensão (asteróide ou cometa). Ocorrência de 504 nascentes no seu interior. Grau de ameaça: Serra da Cangalha tem 57% de sua área em região considerada fortemente sujeita a erodibilidade, essa vulnerabilidade à erosão está associada ao relevo com alta declividade e aos solos rasos associados. Os solos rasos e a marcante declividade do terreno predominantes a tornam sítio preferencial para conservação e desencorajaram mudanças em larga escala de sua vegetação, embora as manchas de Florestas Estacionais e Matas de Galeria sejam os sítios preferenciais para a abertura de lavouras ("roças de toco") e plantio de pastagens. Pastagens implantadas com variedades de braquiária (espécie exótica e invasora) no interior da cratera do astroblema, em maio de 2008, utilizada para o gado. Oportunidades: A área da Serra da Cangalha é de grande interesse científico e apelo turístico e pode constituir um roteiro associado ao Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins (entre Araguaína e Filadélfia). Acesso a bens e serviços pela população residente muito precário, bem como rede de estradas e o sistema de transportes. Um aspecto importante da região é fazer parte de uma zona tampão, área estabelecida para proteger o status sanitário dos animais da zona livre de febre aftosa. Extensão: Área proposta de 64.649,54 ha, situados inteiramente no município de Campos

Lindos. É limitada ao norte e leste pela rodovia TO 226, da qual distância 1,5 km; a oeste pela proposta APA dos Rios Manoel Alves-Vermelho e ao sul pelo proposto Parque Krahô – Serra Geral, Beatriz ressalta que o processo de criação de UC nessa região já está adiantado, o Naturatins em parceria com a TNC iniciou esse processo, inclusive já realizaram as primeiras consultas públicas e enfatiza que já foi investimento recursos e por isso a CT entendeu que esta deve ser tomada como prioridade. Região Norte. Importância ecológica: Últimas áreas com maior extensão contínua passível de preservação no Norte do Estado do Tocantins, formações bem preservadas, com diversidade de fauna e flora, além de ecótonos, apresenta elementos bióticos amazônicos, de cerrado e babaçuais, grande diversidade de espécies de aves (337 registradas no estudo), expressiva presença de mamíferos destacando-se onça pintada, vários morcegos, veado catingueiro, cinco espécies de primatas (destacando-se único registro de vocalizações de um zogzog *Callicebus* em todo o estado do Tocantins). Várias espécies de anfíbios (41 espécies em levantamento preliminar). Áreas de recarga de aqüíferos. Alta singularidade ecológica, registrando-se vários tipo de vegetação, com destaque para "Carrasco". Estudos recentes indicam espécies vegetais endêmicas, Beatriz pergunta a Rodrigo quando esse estudo estará disponível? Rodrigo (SEPLAN) informa que em 2011. Grau de ameaça: Terrenos de alta fragilidade ambiental com predisposição a ocorrência de fenômenos erosivos. Tem sofrido perda contínua de área nativa de 2003 até o presente. Ressalta-se que já houve perda de uma das áreas estudadas, anteriormente remanescente de Floresta Ombrófila às margens do rio Araguaia, convertida em Assentamento Rural. Estão sob alta pressão antrópica (caça e retirada de madeira, principalmente) proximidade de Projetos de Assentamentos Rurais. Oportunidades: Parte das áreas são reservas legais de grandes fazendas. Incentivo à criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN e Refúgio de Vida Silvestre. Extensão: Barra do Lajes e Corda, com 29.560,00 ha, localizado em Piraquê, Darcinópolis, Riachinho, Wanderlândia; Carrasco do Água Branca, com 23.220,00 ha; localizado em Cachoeirinha, Luzinópolis, Nazaré, Ananás, São Bento do Tocantins; Chapadas do Curicaca, com 19.420,00, localizado em Darcinópolis; Serra Quebrada, 14.990,00 ha, localizado em São Miguel do Tocantins, Itaguatins. Áreas potenciais da região Sudeste: Fomento ao ordenamento e desenvolvimento ecoturístico e incentivo à criação de RPPN. Beatriz informa que os estudos preliminares estão apontando essas áreas, mas que ainda não foi concluído. E diz que por último, embora não faça parte das áreas elencadas como prioritárias foi apresentado nos trabalhos da Câmara Técnica pela ADTUR, a indicação e a sugestão que a CT acatou de propor ao estado a criação de RPPNs em áreas da região sul aonde atividades turísticas já vem sendo desenvolvida, a idéia é que esse fomento possa garantir o ordenamento dessas atividades e agregar para conservação novas unidades, que seria através da RPPN, uma vez que são áreas que o próprio proprietário está fazendo um turismo incipiente e por isso decidimos acrescentar nessa apresentação para que o Conselho faça essa indicação e recomendação, faz uma apresentação de imagens dos atrativos e informa que estes estão nos municípios de Almas e Rio da Conceição. E avisa que não existe nenhum estudo específico nessa área e que seria interessante incentivar as iniciativas privadas de conservação nessa região. Diogo (Saneatins) diz que gostaria de fazer uma sugestão para trabalhar as unidades de conservação em relação à manutenção da biodiversidade, com corredores de conectividade, para não haver o isolamento das unidades. Beatriz lembra que essa proposta da região sudoeste/sudeste estaria complementando os corredores entre Tocantins e Goiás e dentro do Tocantins unindo as regiões leste/oeste onde já tem algumas unidades. Já no norte não temos nenhuma unidade ainda para essas perdas que foram apontadas, então basicamente faltaria complementar somente essa região. O Conselheiro Evalcy (Comunidade Indígena) solicita esclarecimento quanto a criação do Parque Khraô. Beatriz responde que citou apenas como delimitação já que a Serra da Cangalha fica próximo de uma área prevista para criar o Parque Khraô, foi citado apenas para se ter uma idéia do que teria na vizinhança, mas que não tem nenhum trabalho do Naturatins para criar o parque. Conselheiro Rodrigo (Seplan) diz que gostaria de complementar sobre a região norte, e diz que existe as quatro áreas indicadas em estudo realizado em 2004 e o que vai ficar em execução é o inventário da vegetação para todo o estado em escala para cem mil, em fase de conclusão e diz que a idéia de conservação na região norte inclui também o corredor e agregaria também a área da terra indígena Apinajé que já funciona como recarga de água e é necessária porque sem esse corredor a biodiversidade, principalmente os animais de topo de cadeia não se conserva porque as áreas são muito pequenas, no estudo de 2002 foi detectado que os

animais circulam por toda a área. E o que está ocorrendo atualmente é que a área é bem cascalhenta e está sendo desmatada em função, principalmente, do plantio de eucalipto e como não conseguimos aprovar o zoneamento como coeficiente maior para conservação estamos perdendo as áreas e enfatiza que a questão básica para conservação dessa área não é somente a biodiversidade, mas também a água. O Conselheiro Joaquim (Ibama) diz que estamos muito lentos na criação dessas unidades de conservação, o setor privado sai na frente degradando e se não criarmos essas unidades tanto na região sul quanto na norte, em pouco tempo não teremos grandes áreas para conservar. E enfatiza que na região de Paranã, Conceição até Natividade tem a implantação de cinqüenta mil hectares de eucalipto, como também no Bico do Papagaio com a implantação da indústria Susano que vem até Pedro Afonso, então diz que temos que acelerar se não encontraremos somente fragmentos para conservar. O Presidente pergunta se tem mais alguma consideração. Não havendo o Presidente informa que foi esclarecedor e que por falta de quórum não podemos votar. Enfatiza ainda que a preocupação do IBAMA é legítima, pois enquanto estamos aqui discutindo as coisas estão andando com maior velocidade e informa que este assunto será retomado na próxima reunião. Passa então para o último item da pauta (3) palavra livre. A Conselheira Beatriz (ONG) diz que gostaria de agradecer ao Secretário e toda equipe da Secretaria por garantir o funcionamento deste Conselho, diz ainda que acredita que esta foi uma demonstração de interesse do Estado em fortalecer o processo democrático, pois isso é fundamental e isso depende do interesse do gestor, sabemos que a primeira reunião não aconteceu, mas as três subseqüente e esta que é extraordinária sim, diz ainda que gostaria de deixar uma mensagem para todos aqueles que estão envolvidos nesse Conselho, representantes dos diversos seguimentos para que se utilize desse espaço de discussão, onde se amadurece, troca idéias e defende o ponto de vista e representado as ONGs, eu e os colegas aqui presentes sentimos essa ausência da sociedade usar um espaço que é de direito, chama todos para um maior envolvimento e agradece. O Presidente informa que das reuniões programadas foram realizadas três ordinárias e uma extraordinária e agradece a contribuição dos conselheiros e enquanto representante do Estado procurou, como responsabilidade, atuar para que esse Conselho tivesse os seus objetivos alcançados, agradece novamente a presença de todos e dá por encerrada a sessão. Desta forma, a presente ata, uma vez aprovada pelo plenário do COEMA, será assinada por mim, Belizário Franco Neto, Secretário-Executivo, pelo Presidente do COEMA e pelos demais conselheiros.

***Clemente Barros Neto***
Presidente

***Belizário Franco Neto***
Secretário Executivo

***Stalin Beze Bucar***
Presidente do Naturatins

***David Siffert Torres***
Secretaria do Planejamento

***Rodrigo Sabino Teixeira Borges***
Secretaria do Planejamento

***Gisele Franco Neves***
Secretaria de Ciência e Tecnologia

***Carmelita Cripriano de Sousa Araújo***
Secretaria de Ciência e Tecnologia

***Maria Teresa Barbosa Soares***
Secretaria da Educação e Cultura

***Elvira Noredina Gemelli Herberts***
Secretaria da Educação e Cultura

***Iapurê Olsen***
Secretaria de Indústria e Comércio

***Félix Bezerra***
Secretaria de Indústria e Comércio

***Ricardo de Souza Fava***
Secretaria de Infraestrutura

***Lúcia Leiko TAcaoca Muraishi Garcia***
Secretaria de Infraestrutura

***Antônio Malan dias***
Agência de Desenvolvimento Turístico

***Alan Moraes de Paula***
Agência de Desenvolvimento Turístico

***Sérgio Luís de Oliveira e Silva***
Secretaria da Saúde

***Marcus Roberto Ferreira Couto***
Secretaria da Saúde

***Roberto Jorge Sahium***
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

***Corombert Leão de Oliveira***
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

***Haroldo Carneiro Rastoldo***
Procuradoria-Geral do Estado

***Ana Flávia Ferreira Cavalcante***
Procuradoria-Geral do Estado

***José Maria da Silva Júnior***
Ministério Público Estadual

***Bruno Machado Carneiro***
Ministério Público Estadual

***João Paulo Ribeiro Filho***
ATM

***Neila Pereira dos Santos***
ATM

***Cel QOPM Marcelo Falcão Soares***
Polícia Militar

***TC QOPM Rildo Virajone Aquino Parrião***
Polícia Militar

***Antônio Rodrigues da Silva Neto***
Saneatins

***Diogo Pedreira Lima***
Saneatins

Deputado ***José Viana Póvoa Camêlo***
Assembléia Legislativa

Deputado ***Raimundo Ulisses Wilson Sampaio***
Assembléia Legislativa

***Joaquim Henrique Montelo Moura***
IBAMA

***Lenine Barros da Cruz***
IBAMA

***Rosiran Rodrigues Barros***
CREA

***Cássius Ferreira Gariglio***
CREA

***Jair da Costa Oliveira filho***
Comunidade Científica

***Alexandre Barreto Almeida dos Santos***
Comunidade Científica

***Evalcy Pereira da Silva***
Comunidade Indígena

***Paulo André Ixati Oliveira Karajá***
Comunidade Indígena

***Roberto Magno Martins***
FIETO

***Jairo Soares Mariano***
FIETO

***Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves***
Organizações Não-Governamentais

***Marcos Vinício Batista***
Organizações Não-Governamentais

***Airton Teixeira***
FAET

***Paulo Sérgio da Rocha***
FAET

***Raimunda Nonata Nunes Rodrigues***
FETAET

***Manoel Barbosa Moraes***
FETAET

***Magda Floripes Ferreira Fernandes***
FECOMÉRCIO

***Nilva Aparecida Pacheco Bezerra***
FECOMÉRCIO

**Instituições Ausentes:**
Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins
Secretaria de Ciência e Tecnologia
Secretaria de Indústria e Comércio
Secretaria de Infraestrutura
Secretaria da Saúde
Associação Tocantinense de Municípios - ATM
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins – FAET
Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins – FETAET